

# RELEVÂNCIA DOS CONCEITOS “PROXIMIDADE TERRITORIAL” E “TERRITÓRIOS PROXIMAIS” PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Reinaldo Santos Andrade

Universidade Federal de Sergipe/Universidade Estadual de Feira de Santana (Brasil)

**Resumo:** Fundamentando-se em levantamento bibliográfico e estudo comparativo, este trabalho avalia a evolução e relevância dos conceitos “proximidade territorial” e “territórios proximais” no âmbito da Geografia e sua aplicabilidade nas políticas públicas para desenvolvimento territorial empreendidas na América Latina.

**Palavras-chave:** territórios, proximidade territorial, territórios proximais, desenvolvimento territorial

## 1 Introdução

Os homens são, segundo Santos (1996), virtualidades de valor e forças desiguais que competem entre si no e pelo uso do espaço que se diferencia em parcelas territoriais que são unidas pela informação que se constitui em um dos recursos presentes na totalidade concreta que se distribuem e se combinam localmente, tornando-se significativos mediante o movimento histórico acionado pela divisão do trabalho e pelos eventos que constituem subespaços dotados de especificidades, particularidades e funcionalidades cuja definição depende dos acontecimentos solidários nos quais tarefas comuns realizam-se compulsoriamente mesmo que o projeto não seja comum. Se nos acontecimentos homólogos as áreas de produção modernizam-se mediante informações especializadas que geram continuidades funcionais e definem os seus contornos, os acontecimentos complementares caracterizam-se pelo cotidiano que se estabelece: mediante regras localmente (re)formuladas, por informações que se generalizam horizontalmente, por um centripetismo localizado, pela valorização das formas e das técnicas, pela continuidade de sua extensão, pelas interações entre as diversas áreas em decorrência das necessidades modernas na produção e pela prevalência das trocas baseadas na proximidade territorial.

Tendo a horizontalidade como seu principal recorte espacial, a proximidade territorial é constituída pela contigüidade física dos atores econômicos, sociais e políticos que compartilham uma mesma extensão onde vivenciam uma totalidade constituída por inúmeras inter-relações que geram identidades mediante laços culturais e de solidariedade. Resultado do movimento dialético Sociedade-Técnica-Natureza, o espaço geográfico expressa o “prático-inerte” corporificado nas formas, nas relações sociais, no território onde acontecimentos solidários diferenciam, mediante a divisão do trabalho, os espaços “luminosos”, interessantes aos atores hegemônicos que usam o território como mercadoria, e os espaços “opacos”, acessíveis aos hegemônizados que fazem dele abrigo e refúgio. (SANTOS).

As interações nos diversos “mundos da produção” (intelectual, mercado, industrial e recursos intelectuais) são mediadas pela proximidade territorial fazendo com que os territórios sejam essenciais para as interações entre organizações e tecnologias, pois não existe produção a-espacial (STORPER, 1997). Aplicado nas políticas públicas de ordenamento territorial direcionadas ao desenvolvimento territorial, social e ambiental, o conceito de proximidade territorial enseja a emergência de formas organizacionais híbridas baseadas em aglomerações econômicas territorializadas, os territórios proximais. É o espaço das horizontalidades no qual os contatos face-a-face e a co-presença incrementam a confiança entre os atores facilitando o intercâmbio de informações, a geração de conhecimentos e as inovações, o que possibilita a geração de capital social que, responsável por elevados níveis de desempenho e flexibilidade, é um dos fatores relevantes para a elaboração de estratégias que valorizem os trunfos dos territórios no intuito de criar e usufruir vantagens “competitivas” e “construídas” capazes de sustentar a competitividade territorial, o motor do meio técnico-científico-informacional

fundamentado na tecno-ciência e nas novas tecnologias infocomunicacionais. Trata-se de um milieuo criado por acelerações que abrigam forças concentradas que ao explodirem, criam o novo balizando mudanças paradigmáticas que desafiam os homens a desvendar as leis, os padrões e os sistemas de conceitos que expressam o “capitalismo cognitivo”. A categoria território e a noção de proximidade territorial possibilitam a compreensão de processos e dinâmicas inerentes ao espaço geográfico: a) geração de conhecimentos/inoações, b) alavancagem da produtividade e competitividade, c) sustentabilidade do desenvolvimento territorial, d) redução das desigualdades econômicas e sociais espacializadas.

Fundamentando-se em levantamento bibliográfico e estudo comparativo, este trabalho avalia a evolução e relevância dos conceitos “proximidade territorial” e “territórios proximais” no âmbito da Geografia e sua aplicabilidade nas políticas públicas para desenvolvimento territorial empreendidas na América Latina. O texto acha-se segmentado em seis seções, além desta. Na próxima procura-se fixar o conceito de território usado na discussão enquanto que na seguinte define-se a evolução da noção de proximidade territorial. A quarta seção caracteriza os conceitos de meios inovadores e clusters, enquanto que na seção seguinte foca-se o conceito de arranjos produtivos locais e discute-se a relevância das indicações geográficas protegidas. A sexta seção procura caracterizar os territórios proximais e explicitar as ações esperadas pelo ator estatal em cada um. À guisa de considerações finais procura-se esboçar algumas críticas referentes ao uso indiscriminado dos referidos conceitos.

## **2. O território: um conceito em constante mutação**

O controle, o ordenamento e a gestão do espaço fundamentam-se na categoria “território”, a formação socioespacial de natureza político-jurídica que, associada ao controle social, é regulada por princípios explícitos de inclusão e de exclusão. O “retorno” do território ao domínio da ação pública deve-se à sua centralidade nas estratégias que visam a competitividade econômica, à capacidade de reforçar a coesão social; ao fato de ser o instrumento mais adequado para a modernização das políticas públicas ao impor abertura e transversalidade; e ao fato de ser, a despeito das instituições locais territorializadas, o domínio de ação nas instâncias hierárquicas superiores cujos graus de liberdade são condicionados pela globalização e pela construção de acordos supranacionais.

Inseparáveis entre si, o movimento e a estabilidade relativa evidenciam a necessidade de que o território seja objetivado a partir da concepção híbrida de espaço geográfico em uma complexa interação temporoespacial, o que enfatiza a sua materialidade. Sua conceituação deve considerar a imbricação de múltiplas relações de poder que oscilam entre a materialidade, inerente às relações econômicas e políticas, ao simbolismo que, presente nas relações culturais, é essencial para a construção identitária. Por esta razão, o território pode ser objetivado enquanto: a) área de tensões ou de relações de poder homogêneas onde as formas de territorialização e o controle ao acesso de uma área são fundamentais para o usufruto dos seus recursos e para o controle de fluxos migratórios, produtivos, financeiros e informacionais; b) concepção multiescalar (territórios múltiplos) que considera o hibridismo, a multidimensionalidade e a multiterritorialidade; c) territórios-rede, centrados no movimento e na conexão (HAESBAERT, 2002, 2006).

O território é coadjuvante nas relações sócio-históricas, sendo a base espaço-material e substrato físico sobre o qual se reproduz a sociedade. Ratzel (1990, p. 74) considerava-o produto da interação natureza-política, sendo o espaço “vital” e a fonte dos recursos essenciais à reprodução do grupo social, da sociedade, da civilização. Meio pelo qual a nação supera suas dificuldades ao desenvolver o seu potencial criativo, território é o espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano definido pelo controle político de um dado âmbito espacial, uma área de dominação estatal nacional delimitada por fronteiras

historicamente variáveis, no interior das quais a atividade política reivindica para a autoridade nele instalada o direito de domínio que materializa o “poderio”.

Ao ser socialmente apropriado e produzido adquirindo significação mediante a “semantização” que decorre da socialização e da culturalização dos elementos físicos localizados no entorno do homem (GARCIA, 1980), o território é o espaço relacional definido nas relações histórico-sociais que incluem as interações complexas entre os processos sociais e o espaço material. É o “campo de forças” constituído pelo conjunto de “relações de poder” que, delimitadas no (e pelo) espaço que operam sobre um substrato referencial uma “teia ou rede de relações sociais mediadas e projetadas em um determinado espaço” produzindo identidades ao controlar, distinguir, separar e classificar os indivíduos e os grupos sociais (RAFFESTIN, 1993). Responsável pelas relações de dominação e de apropriação do espaço, o território depende da proporção dos seus elementos no espaço, sendo, simultaneamente, o “campo de ação dos trunfos” e um recurso dotado de expressão material e conteúdo simbólico e significativo (SOUZA, 1995), um “instrumento de poder” a serviço dos processos padronizadores.

A interação entre a dimensão política do território e a dimensões econômica e cultural da sociedade faz com que uma área torne-se território quando suas fronteiras são capazes de moldar o comportamento dos atores territoriais ao controlar o acesso aos recursos e ao poder e quando os atores, ao excluírem ou incluírem atividades, realçam as suas vantagens comparativas (SACK, 1986, COX, 2002).

Usando uma abordagem integradora Becker (2005, p.74), define território como

[...] um produto da prática social: implica a apropriação de uma parcela de espaço, como qualquer prática social implica a noção de limite e manifesta uma intenção de poder, inclusive, sobre os movimentos. É também um produto usado, vivido e utilizado como meio para a prática social.

Fundamentado nos comportamentos humanos e resultado das relações sociais e de poder e das ligações em rede, o território é uma realidade (material e técnica) que, inerente à vida social, é construída geográfica e historicamente. O território é o campo de domínio (controle) efetivado pelas organizações (Estado e mercado) expressando as estruturas materiais de socialização (comunicação, cooperação, produção e trocas), as complexas tramas de relações sociais e as múltiplas territorialidades. Por priorizar a dimensão política em detrimento da econômica, o território é visível e representável mediante imagens e compreensível por meio das paisagens (DEMATTEIS, 1985).

O território é o componente que determina as relações sociais, pois enquanto “conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade” (SANTOS, 2005: p.89) é uma totalidade que revela os movimentos de fundo da sociedade. Fonte de recursos acessados, controlados e usados, apresenta-se como forma e como objeto das ações, vinculando informações aos conteúdos técnicos e políticos na dialética entre o controle territorial e o controle remoto, o que acirra os conflitos entre o espaço local vivido e o espaço global (SANTOS, 1996). É ele o responsável pelas relações de domínio e de apropriação do espaço, cujos elementos-chave se diferenciam no movimento histórico. Entretanto, a experiência integrada do espaço demanda uma articulação multiescalar em rede evidenciada nos atuais domínios dos “territórios-rede”.

Por outro lado, inerente aos processos territorializadores e às territorialidades contemporâneas, as redes fortalecem, desestruturam ou integram os territórios. Entretanto, ao se identificarem com o território-zona, uma extensão clara delimitada e formada de lugares contínuos, as redes constituem os “territórios-rede” que, a despeito de serem constituídos por “lugares em rede” que, apesar da descontinuidade espacial, apresentam-se intensa articulação.

A funcionalização e o conteúdo técnico permitem que o território seja objeto da análise social. O que confere valor e significado ao território é o uso diferenciado que os atores sociais e econômicos fazem dele (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Resultado do processo de hibridização entre “território-zona” e “território-rede”, o “território usado” é uma categoria que revela a complexidade no “uso do território”, a estrutura global da sociedade, os problemas socioeconômicos e ambientais que se manifestam espacialmente em múltiplas escalas e dimensões. Os atores hegemônicos usam-no como recurso, como mercadoria, o que assegura a realização dos seus próprios interesses, enquanto que os atores hegemonzados consideram-no abrigo que favorece a adaptação aos movimentos do meio geográfico (SANTOS, 1994; BERNARDES, et al., 2001). Na “sociedade global de risco” as elites acessam os benefícios propiciados pelo território e as classes inferiores sujeitam-se aos riscos e às catástrofes (BECK, 2001, 2002).

O território é a maneira pela qual um grupo se estabelece no âmbito de um ambiente natural, o qual, no contexto da organização e da localização das suas diversas atividades, instaura e impõe as condições da comunicação-linguagem e da aprendizagem coletiva, isto é, das cooperações que criam racionalidades técnicas e organizacionais (PERRIN, 1993).

Ao se refletirem nos padrões socioespaciais, o uso das redes e o uso social do território permitem que o território aumente sua relevância articulando-se com os demais elementos espaciais em escalas mais amplas do sistema-Mundo e valorize suas vantagens comparativas, por intermédio de formas organizacionais territorializadas inseridas competitivamente no mercado internacional.

Extrapolando o âmbito do Estado e abrangendo o papel dos gestores das grandes corporações transnacionais e o das tecnologias infocomunicacionais, as discussões concernentes ao território demandam a construção de um conceito de território que integre de forma coerente as múltiplas dimensões sociais compatibilizando-as com as lógicas econômicas a fim de ensejar: a interpretação da relação funcional-simbólica no extenso material; a coexistência de diversos territórios sobrepostos e a construção integrada do território (CHIVALLON, 1999).

Inerentes ao processo histórico e constituindo-se no referencial das relações sociais mediadas pelo espaço, os territórios expressam, em determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações políticas, socioeconômicas e culturais desenvolvidas no contexto histórico-espacial e sob uma perspectiva ambiental. Suas diferentes combinações temporoespaciais induzem-nos a apresentar grande diversidade, com fortes características identitárias multiescalares. Eles apresentam conflitos, laços de coesão e de solidariedade que valorizam os interesses comuns, estimulados e dinamizados pelo crescimento das relações competitivas entre diferentes unidades territoriais diante dos processos de globalização. Com grande dinamismo valorizam as suas vantagens (e possibilidades) comparativas por meio de formas organizacionais que, institucionalmente territorializadas, promovem a sua inserção competitiva e exitosa, em escala global, nas novas e dinâmicas relações (socioeconômicas, culturais e políticas) contemporâneas (SILVA; SILVA; COELHO, 2008)..

No âmbito das questões concernentes ao controle, ordenamento e gestão do espaço visando-se a implementação de estratégias e políticas públicas que contemplem o interesse e os anseios de todos os atores (econômicos e sociais), o conceito de território enfatiza o caráter político caracterizado pela interação entre macropoderes políticos institucionalizados e os micropoderes simbólicos produzidos e vividos no cotidiano das populações e também a integração entre o Estado, os indivíduos e os grupos sociais que em meio à vivência concreta de seus respectivos ambientes, reconhecem e são portadores do espaço social nas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2006) sendo:

[...] espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2008).

O território é o recorte multidimensional do espaço sendo adequado e fundamental ao planejamento do desenvolvimento territorial sustentável e orientado à inclusão social, pois possibilita a aplicação de políticas de desconcentração espacial da riqueza, o atendimento das demandas sociais, o crescimento do PIB, diversificação da base produtiva e o incremento da competitividade territorial.

### **3 A proximidade territorial**

A Geografia ainda é incapaz de explicar os fenômenos que determinam a complexidade e a localização dos espaços tecnopolitanos, nem os mecanismos que ocasionam níveis diferentes de desenvolvimento regional entre espaços que apresentem trunfos similares. As teorias “tradicionalistas” abordam: a) os fatores locacionais exógenos específicos; b) o ciclo de vida do produto, correlacionando a localização e a organização da produção; c) a relação entre inovação tecnológica e os meios regionais que dependem das condições geográficas e considera o meio local como um “incubador de inovações”. Daí a urgência de uma “teoria geral de localização” que considere os problemas relativos à influência do meio ambiente e as leis reguladoras do equilíbrio empresarial (BENKO, 1999).

Um relevante insight para o entendimento dos fenômenos locacionais, o conceito de proximidade espacial foi, inicialmente, usado para explicar os fenômenos sociais e econômicos a partir da distinção, proposta por Simmel (1903 apud TORRÉS, 2003), entre “distância” e “proximidade” que permitiria a Schutz (1967 apud TORRÉS, 2003) demonstrar que a socialidade é proporcional à proximidade entre as pessoas o que ensejou a emergência de práticas sociais e culturais nos mais diversos espaços, pois “o essencial está em reconhecer-se, em ver-se, em fazer parte de uma comunidade presencial ou virtual” (MAFFESOLI, 2003, p. 15).

O conceito de proximidade refere-se à contigüidade física entre as pessoas que ao compartilharem uma mesma extensão (conjunto de pontos contínuos) vivam com intensidade a totalidade das suas inter-relações (econômicas, simbólico-culturais, sócio-espaciais e de poder) criando solidariedades, laços culturais, identidade e consciência uma vez que é o indivíduo que experiencia o espaço, as pessoas e os objetos sociais (TUAN, 1980).

Para Marshall (1985 [1917]), a proximidade geográfica, a cooperação (formal ou informal), a solidariedade e a organização dos atores territorializados resultam das interações multidimensionais gerando redes locais que incrementando a competitividade territorial conferem a uma dada área um perfil singular de especialização interfirmas propícia ao desenvolvimento social, ambiental e territorial que, aliado à cooperação, gera externalidades locais positivas (a “atmosfera industrial”) – os efeitos econômicos sobre os atores socioprodutivos e suas atividades em decorrência de fenômenos, ações ou decisões externas às empresas ou à indústria ocasionando, sem que haja transação monetária envolvida, a redução dos custos de produção.

Os “distritos industriais marshallianos” combinam proximidade organizacional e proximidade geográfica, pois “as empresas estão ao mesmo tempo próximas em termos de relações de similitudes e pertencimento, mas se colocam igualmente a uma distância funcionalmente fraca em relação umas das outras” (TORRÉS, 2003, p. 138). Caracterizados pela eficácia e rendimentos crescentes, eles resultam da interação multidimensional que

engendra parcerias na forma de redes produtivas locais que são concebidas de forma deliberada para atender às crescentes imposições dos mercados globais e se beneficiarem das eficiências coletivas engendradas pela redução de desperdícios, otimização no uso dos recursos e das economias externas locais incidentais.

O conceito distrito marshalliano é aplicável nas situações caracterizadas pela proximidade de fabricas da mesma cadeia produtiva, da proximidade de cadeias produtivas pertencentes ao mesmo ramo e por ambientes econômicos e extra-econômicos favoráveis (LÉVY, 2006) constituindo redes caracterizadas pela flexibilidade da produção, o que facilita aprendizagem técnica e coletiva e a construção de novos conhecimentos, incrementando a competitividade (CARMONA, 2006). As forças sociais fortalecem e estreitam os laços entre os empregados e os empregadores das pequenas firmas especializadas e independentes, ali territorializadas, resultando em múltiplas relações de proximidade e no adensamento das interações empresariais não intencionais transformando os distritos em “bolsões de riqueza”.

Considerados como os responsáveis pelo desenvolvimento da "Terceira Itália", os distritos industriais italianos caracterizam-se pela aglomeração de inúmeras oficinas domésticas que formam redes articuladas ao mercado global facilitando os fluxos de informações, conhecimentos, mercadorias, projetos e peças (acabadas e semi-acabadas). O fato do “trabalhador-empresário” se responsabilizar pela aquisição dos recursos necessários à produção e à organização e planejamento da produção evidencia a superação do processo de alienação capitalista mediante a emergência conceito “trabalho imaterial” (NEGRI; HARDT; 2004; GORZ; 2005), principal característica do capitalismo cognitivo.

Contudo, no contexto do pós-fordismo, o desemprego estrutural e as constantes crises econômicas forçam o trabalhador a adquirir os seus próprios equipamentos, instalá-los em sua residência e assumir todos os custos administrativos e gerenciais. O fato do rendimento do “trabalhador-empresário” depender da produção força-o a aumentar a jornada de trabalho, além de não dominar a lógica e a totalidade do processo de trabalho que são estruturados e estabelecidos por seus clientes. Cabe ao trabalhador fornecer o capital constante, cobrir os custos administrativos, renunciar à proteção social e aos mecanismos de negociação com o patronato. Assim, os distritos industriais italianos são uma forma de exploração ultra-intensiva do trabalhador pelo capital que assim otimiza a extração da mais-valia (LESSA, 2003).

Fundamentais às economias de aglomeração, as externalidades locais positivas são vantagens locais resultantes da aglomeração em um mesmo local de atividades: o contato face a face, o aumento da confiança, a criação de um *pool* de trabalhadores especializados em uma indústria, o compartilhamento de conhecimentos, a possibilidade de produção em larga escala, a presença de fatores singulares não comercializáveis etc. Tais externalidades ensejam a combinação de idéias gerando inovações em um determinado ponto, atraindo novas atividades comerciais para o seu entorno: fornecimento de máquinas, insumos, recursos humanos qualificados, controle do tráfego e criação de novos circuitos (STORPER; VENABLES, 2004).

Enfatizando a multidimensionalidade na investigação do espaço, a abordagem proxêmica refere-se à inter-relação entre as “teorias” elaboradas pelos indivíduos acerca do espaço e as diferentes maneiras como o usam, pois o homem necessita de um espaço e de um lugar (o Aqui) cuja centralidade está relacionada ao indivíduo (HALL, 1981). O ordenamento, a hierarquização das ações e as reflexões dos indivíduos fundamentam-se no pressuposto de que as coisas, os acontecimentos e os fenômenos mais próximos são mais relevantes que os distantes.

As dimensões econômicas revalorizam a hipótese, retomada pela convergência entre geografia econômica e economia espacial, de que os ganhos obtidos por uma empresa é mensurável conforme sua inserção em um distrito industrial, conceito revalorizado na década de 1990, quando o conceito de proximidade geográfica incorporou-se à análise econômica que

ênfatisa o processo de distribuição desigual da população e das atividades econômicas no espaço que se concentram em aglomerações ocasionadas por complexos mecanismos auto-organizativos e pela interação entre o meio local e as redes de inovação (KRUGMAN, 1998, 1995)

No contexto do capitalismo cognitivo e globalizado acionado pela competitividade respaldada nas “vantagens construídas” é oportuno integrar o conceito de proximidade, que se constitui em um princípio federativo e territorial, aos debates concernentes à gestão dos agentes econômicos de pequeno porte e ao ordenamento territorial.

A contraposição entre o “interno” e o “externo” é reforçada pela existência de uma fronteira/limite que enfraquece os elementos localizados no exterior em relação àqueles presentes no interior, fato evidenciado no comportamento estratégico-organizacional assumido pelas empresas de pequeno porte, as quais se caracterizam pela centralidade dos dirigentes-proprietários e pela acentuada personalização dos seus mecanismos de gestão (SCHWACH, 1993).

Fundamentada no pressuposto da autonomia e independência de cada organização e de cada indivíduo, a idéia de proximidade refere-se à separação e ao distanciamento variável entre os diferentes atores econômicos, sejam eles individuais ou coletivos (GILLY; TORRÈS, 2000). Nos ambientes e mercados caracterizados pela crescente competição um dado problema afeta de diferentes maneiras as grandes empresas e as empresas de pequeno porte, as quais aglomerando-se no espaço e adotam a proximidade como princípio hierarquizador. Por esta razão, a proximidade é um mecanismo de hierarquização que cria condições necessárias à ação e à reflexão em uma organização centralizada, de fraca especialização, dotada de sistemas de informação interna e externa simples e que privilegia as estratégias indutivas e pouco formalizadas (TORRÈS, 2003). Isso acontece porque os recortes econômicos e sociais ocorrem a partir das desigualdades locais, das propriedades conferidas ao espaço e das relações estabelecidas entre as diversas formas de proximidade (funcional, organizacional, institucional, geográfica, econômica, social, familiar etc.).

Os diversos tipos de proximidade relacionam-se à operação dos sistemas de inovação enraizados na estrutura institucional, isto é, nas ações coletivas territorializadas fundamentadas nos padrões comportamentais e nas regras cognitivas (KIRAT; LUNG, 1999). A proximidade institucional evidencia os problemas inerentes às inter-relações entre os atores de uma dada estrutura territorial e a intransferibilidade dos conhecimentos tácitos.

A proximidade organizacional, engendrada pelas grandes empresas que, mediante redes infocomunicacionais, disseminam suas normas e hierarquizam os lugares, se diferencia da proximidade geográfica (espacial), marcada pela copresença e pelo compartilhamento de uma porção do espaço por um grupo de atores (SANTOS, 1996)

Os recursos internos para o desenvolvimento de inovações em uma empresa são complementados por recursos externos (FREEL, 2002). O crescimento no tamanho das firmas e a propensão à exportação são proporcionais ao alcance espacial das ligações empresariais externas relacionadas à inovação. Denomina-se “proximidade externa” ao processo segundo o qual as empresas transnacionais orientadas para a tecnologia desenham organizações externas que esquadrinham e absorvem capacidades (científicas e tecnológicas) externas sem prejudicar sua coerência organizacional que é complementada por relações internas à firma, ou seja, “proximidade interna” (BLANC; SIERRA, 1999). Por estarem mais engastadas no local, as firmas de pequeno porte baseadas em inovações incrementais nos produtos dependem da proximidade geográfica.

A emergência de um modelo industrial depende do processo de aprendizagem institucional que, ao se estabilizar, se difunde pelo território, evoluindo e se transformando. A estrutura produtiva evidencia os efeitos espaciais decorrentes das mudanças organizacionais (institucionais ou tecnológicas). O *trade-off* entre as vantagens decorrentes da proximidade

*versus* vantagens engendradas pela concentração espacial deve-se ao fato de que os retornos crescentes gerados pelas economias de escala e custos de transporte são proporcionais à distância (BRAINARD, 1993).

As teorias acerca dos sistemas nacionais (e regionais) de inovação assumem que as conexões e a proximidade entre diferentes organizações são fatores que facilitam o surgimento de inovações, fato que é desafiado por firmas transnacionais capazes de esquadrihar, identificar e se apropriar de conhecimentos em quaisquer pontos do ecúmeno e pelo acelerado desenvolvimento das modernas tecnologias infocomunicacionais que, entretanto, não eliminam as distâncias entre atividades cuja profundidade social depende do alcance espacial e da proximidade física, tais como a geração e o intercâmbio dos conhecimentos tácitos. A necessidade de se considerar a relevância dos sistemas territoriais de inovação deve-se ao fato de que a proximidade territorial entre os atores é um fator relevante para os processos de aprendizagem e inovação ((MORGAN, 2003; VARGAS, 2002).

A natureza e a intensidade da proximidade territorial dependem da focalização das interfaces críticas para a organização de atividades relacionadas à inovação e à complexidade da base de conhecimentos mobilizada (CARRICANZEAUX; LUNG; RALLET, 2002). Os investimentos em P&D reduzem os efeitos de proximidade nas organizações públicas de pesquisa cujos resultados dependem da qualidade e disponibilidade dos conhecimentos gerados por elas (ARUNDEL; GEUNA, 2001).

#### **4 . Os meios inovadores e os clusters**

As melhorias tecnológicas reduzem os custos de produção e promovem a circulação de bens levando o espaço a desenvolver capacidades de produção diferenciadas. Os espaços agrários dotados de agricultura moderna, por exemplo, são definidos e controlados por regulações externas e procuram atender os interesses e demandas dos consumidores. Para isso combinam os usos e a gestão dos recursos humanos, pois a inovação ocorre pela cooperação e acordos globais, o que afeta as empresas localizadas nas regiões centrais ou semiperiféricas (BENKO, 1996).

As interações entre o local e o global são mediadas por formas espaciais e organizacionais que procuram a inserção competitiva dos seus territórios no mercado global acionado pelas lógicas inerentes ao processo civilizatório capitalista as quais demandam estratégias inovadoras capazes de conciliar competição e cooperação.

A contextualização da atividade econômica leva a emergência da noção de meio inovador, o lugar que nas suas dimensões materiais ou ideais, herdadas ou pioneiras, confere especificidade a um bem localizado definindo suas vantagens comparativas circunstanciais (LEVY, 2006).

Enfatizando a autonomia das inovações tecnológicas o meio inovador é o conjunto territorializado e aberto que integra uma coletividade de atores, recursos humanos e materiais, conhecimentos, regras e capital relacional. Nele se desenvolvem redes inovadoras construídas por seus atores mediante formas competitivas de inovação tecnológica, aprendizagem e de transações multilaterais que geram externalidades positivas (BENKO, 1999). Os ambientes inovadores manifestam-se em condições territoriais e produtivas diversificadas podendo ser especializados ou multifuncionais, industriais ou turísticos, urbanos ou rurais, de tecnologias avançadas ou tradicionais. Classificam-se em: a) *parque científico e tecnológico*, espaço físico restrito a uma área urbanizada que desenvolve um ambiente inovador ao reunir empresas de base científica e tecnológica; b) *tecnopólo*, região que concentra diversos parques tecnológicos e depende da criação e gestão de conhecimentos que facilitem a sua inserção competitiva na economia globalizada; c) *pólo tecnológico* que, focado na assessoria empresarial aos empreendimentos locais, congrega, mediante interações formais, atores orientados à pesquisa científica e alta tecnologia, dispersos por uma determinada região.



Os processos espaciais possibilitam o desenvolvimento dos meios inovadores, a dispersão espacial dos estabelecimentos técnicos, a localização das atividades não qualificadas em zonas que desfrutam de baixos custos de produção, a implantação de atividades sofisticadas no interior de fronteiras protegidas das principais regiões econômicas, a localização de operações em antigas zonas industriais a fim de explorar a conexão mecatrônica, a descentralização da atividade de pesquisa e desenvolvimento e a localização de determinadas atividades nas proximidades dos mercados a fim de promover o desenvolvimento de meios secundários articulados mediante redes logísticas e informacionais (BENKO, 1999).

O aprendizado depende da experiência que pode ser endógena ou exógena, individual ou coletiva, referente à produção, concepção e à interação. Entretanto, ele é proporcionado pela interação de diferentes atores (universidades, Governo e suas políticas e agências de fomento, institutos de pesquisa e firmas que procuram desenvolver competências e conhecimentos tecnológicos e organizacionais) configurando o sistema inovativo.

Os sistemas inovativos locais, aqueles nos quais atores e recursos concentram-se em uma mesma área, são estruturas produtivas constituídas pela interação de diversas instituições que contribuem para o desenvolvimento e difusão de tecnologias inovadoras. Eles se caracterizam pela especificidade, experimentação, cultura comum, elevados níveis de competitividade e de colaboração, hierarquização e concentração de atividades (SOUZA; ARICA; 2006) e pela capacidade de se adaptarem aos diferentes mercados devido ao aprendizado coletivo. O dinamismo dos sistemas locais projeta-os para o exterior dos ambientes inovativos mediante a intensificação das trocas com outros territórios e pelo ambiente local que inventa e utiliza novas estruturas econômicas e territoriais.

O sistema setorial de inovação é produto da interação entre oportunidades mercadológicas, disponibilidade tecnológica, conhecimentos tecnológicos acumulados e capacidade de desenvolver conhecimentos específicos.

A diluição das fronteiras entre os setores industrial e o de serviços evidencia a capacidade empresarial em estabelecer ligações e redes cada vez mais abrangentes, os sistemas produtivos locais (SPL) constituídos por pequenas e médias empresas que, devido à sua complexidade e diversidade, caracterizando-se pela proximidade territorial de empresas baseadas em interações multiescalares de sistemas inovativos, políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico, articulações com o mercado global, capacidades sistêmicas, processos endógenos de inovação, aprendizagem e capacitação dos recursos humanos (VEIGA, 1999). Nos SPLs o território – caracterizado pela densidade empresarial, especialização produtiva e dinamismo econômico e social – facilita a integração e a especialização de empresas de pequeno porte que apresentam elevada competitividade e que sejam orientadas para a produção de diferentes produtos ou envolvidas em vários estágios da produção de um produto homogêneo (VARGAS, 2002).

A crescente importância das organizações territoriais na identificação das potencialidades locais e na competitividade empresarial faz com que os sistemas produtivos e inovativos locais sejam considerados como conjunto de empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedores de equipamentos e outros insumos, prestadores de serviços, comercializadores, clientes, cooperativas, associações e representações e organizações voltadas para a capacitação de recursos humanos, informação, P&D e engenharia, promoção e financiamento (CALDAS, 2006).

A proximidade territorial permite que os atores interdependentes de um *cluster* se comuniquem, dialoguem e transacionem compartilhando coletivamente oportunidades e ameaças, o que gera novos conhecimentos, concorrência inovadora, chances de cooperação, adequada infraestrutura, atraindo serviços especializados e outros negócios correlacionados (VEIGA, 1999).

*Clusters* são "concentrações geográficas de empresas de determinado setor de atividade e companhias correlatas" (PORTER, 1999, p, 2) cuja expansão ocorre em direção aos canais de distribuição e clientes (vertical) e em direção aos fabricantes de produtos complementares e empresas de setores afins (horizontal). Podem incluir instituições governamentais (universidades, entidades normativas e associação) que se responsabilizam pela oferta de treinamento e qualificação dos recursos humanos, informação, pesquisa e apoio técnico.

Nos países emergentes o conceito de cluster é definido como concentração espacial de firmas que se articulam aos fatores locais a fim de competir nos mercados globais enquanto que nos países desenvolvidos eles se classificam conforme o foco: a) recursos naturais estratégicos, b) fontes de novas tecnologias, c) mercado de trabalho especializado e, d) novas oportunidades mercadológicas. Quando consolidados, engendram um complexo de instituições, costumes e relações de confiança que estimulam os *trade offs* "concorrência versus cooperação", "conflito versus participação", "saberes versus conhecimentos científicos" (BRUSCO, 1996).

Dentre os fatores críticos para o êxito dos clusters destacam-se: o contexto sócio-econômico, o âmbito territorial, as vantagens geoestratégicas, a estrutura empresarial interna, a disponibilidade de recursos humanos qualificados, o acesso aos recursos financeiros, o planejamento da produção baseado nas expectativas dos consumidores, a colaboração direta interfirmas, a redução dos custos de transação, a reciprocidade na cooperação e aprendizagem, os processos de melhoria contínua.

## **5. Os arranjos produtivos locais e as indicações geográficas protegidas**

O conceito de arranjo produtivo local refere-se ao conjunto de agentes econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território desenvolvendo atividades econômicas correlatas, mas que apresentam vínculos expressivos de produção, cooperação e aprendizagem.

Os arranjos produtivos locais são aglomerações constituídas por uma quantidade significativa de atores econômicos, políticos e sociais consolidados no território e que apresentam vínculos expressivos de produção cooperação e aprendizagem. Compartilhando programas e culturas, tais atores ao interagirem entre si configuram um ambiente sócio-cultural-econômico fundamentado em conjuntos específicos de atividades econômicas correlatas em torno de uma atividade principal. Dependem da endogeneidade inerente à inovação e da capacidade de se articularem com os sistemas de inovação transescalares. Nesse conjunto destacam-se os atores governamentais que se responsabilizam pela remoção dos obstáculos à produtividade empresarial, pelo fomento do desenvolvimento socioeconômico, pela implementação de estratégias ativas e pelo apoio às empresas de pequeno porte, pelos reduzidos tempos de resposta, custos e riscos; pela elevada qualidade e flexibilidade dos recursos humanos, pelo dinamismo empresarial, e pela melhoria na qualidade de vida da região. Eles se distinguem dos *clusters* pela destacada atuação das organizações governamentais que removem os obstáculos à produtividade (FIGUEIREDO; SÉRIO, 2007; CASSIOLATTO; LASTRES, 2002; 2003).

Recortes do espaço geográfico dotados de identidade coletiva (sociais, culturais, econômicas, políticas, ambientais, históricos), os arranjos produtivos locais são territórios que enfatizam a proximidade e a dimensão econômica sendo capazes de promover a convergência das expectativas de desenvolvimento, estabelecer parcerias de compromisso a fim de manter e especializar os investimentos dos atores no próprio território e promover a integração espacial no âmbito local. Daí a necessidade de se considerar a dinâmica do território na qual eles estão inseridos tendo em vista a quantidade de postos de trabalho, o faturamento, o mercado, o potencial de crescimento, a diversificação dos produtos e atividades etc.

Centros dinâmicos que favorecem o desenvolvimento territorial, os arranjos produtivos locais são

aglomerados de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa (SEBRAE, 2003, p.12).

A articulação coordenada e sustentável dos arranjos produtivos locais origina os sistemas produtivos e inovativos locais que incrementam a capacidade inovativa endógena, a competitividade e o desenvolvimento socioambiental e territorial na escala local.

Um dos fatores que determinam a competitividade dos arranjos produtivos locais capazes de atender os critérios qualificadores é a capacidade de criação de marcas próprias, processos e sistemas de certificação territorial, tais como as “indicações geográficas protegidas”, inerentes a uma nova maneira de se considerar o território cujo ordenamento é essencial no mundo contemporâneo, onde regiões, territórios e lugares adquirem crescente relevância. Classificam-se em “indicação de procedência”, que consiste em um instrumento local da produção caracterizada pela particularidade e qualidade, e a “denominação de origem”, um instrumento de organização qualitativa do processo de produção cuja finalidade é designar produtos com o nome do lugar de sua fabricação ou de sua colheita. Em outras palavras, é o

[...] nome de uma região determinada ou de um lugar determinado que sirva para designar um produto agrícola ou alimentício oriundo da dita região na qual a sua qualidade ou característica se deve fundamentalmente ao meio geográfico de onde a sua produção ou transformação e elaboração se realizam na zona geográfica determinada (Lei 9279/96).

A instituição da “denominação de origem” contribui para a construção de novas regiões pautadas na solidariedade, na colaboração e redução dos desequilíbrios socioterritoriais e no exercício da cidadania. Seu objetivo é investir na base produtiva local por meio da transferência de tecnologia, do incentivo à organização e capacitação dos produtores quanto ao desenvolvimento da criatividade e ao reconhecimento do trabalho realizado pelos atores envolvidos na cadeia produtiva (CALDAS, 2006)

Para superar os desafios impostos pelo sistema-mundo, gerar emprego (e renda) e aumentar a auto-estima dos atores sociais, a escala local deve aperfeiçoar a tecnologia dos processos, organizar seus arranjos produtivos, uniformizar seus produtos segundo critérios de qualidade, articular a comercialização, desenvolver o “marketing local” e configurar regiões certificadas com a denominação de origem.

Vinculadas às regiões especializadas na produção e elaboração de determinados produtos, as denominações de origem identificam e asseguram a qualidade de um produto elaborado em um dado território com características específicas, homogêneas e demarcadas para estabelecer uma relação de confiança entre produtor, consumidor e o local de produção. Elas pressupõem a delimitação de territórios nos quais práticas culturais, produções máximas, esquema de elaboração, controle da qualidade, base tecnológica, qualificação profissional, marketing, critérios de produção/elaboração e a configuração territorial conjugam-se em uma “marca” do território diferenciando-o dos demais. Para o conjunto de produtores territorializados tais fatores asseguram reconhecimento, confiança, auto-estima, uniformização da produção, competitividade intra e extra-regional e a garantia de acesso ao mercado competitivo. Em contrapartida, todos os atores devem se responsabilizar pela

produção com qualidade, pela sedução do cliente, pelo despertar do sentimento de confiança e de tradição do consumidor.

Relacionadas à marca, harmonia e equilíbrio entre os atores sociais participantes do território, as denominações de origem são potenciais unidades de planejamento capazes de induzir o desenvolvimento local, pois o território e seu produto são protegidos por meio de marca instituída que é uma forma de comunicação com o mercado fundamentada em critérios de qualidade relacionados com a sustentabilidade institucional, econômica, ambiental e política. A elaboração sob determinados padrões de qualidade agrega valor ao produto assegura perspectiva de futuro para determinada região cuja competitividade no contexto da economia globalizada depende da sua capacidade para conquistar seu espaço através de uma produção qualificada que garanta o desenvolvimento social e a equidade (CALDAS; CERQUEIRA; PERIN; 2005). Isso acontece porque os mercados internacionais dinâmicos reconhecem o direito do consumidor em saber como os produtos que consomem são elaborados, comercializados e distribuídos. Por agregar valor ao produto, aumentar a competitividade e facilitar a superação de barreiras alfandegárias, este é um fator a ser contemplado na elaboração das políticas de desenvolvimento local uma vez que este envolve a estruturação de um conjunto de atores (sociais e econômicos) cuja interação mediante laços de proximidade geográfica permite valorizar suas potencialidades, especificidades e matriz cultural, o que propicia a emergência de comunidades capazes de suprir suas necessidades imediatas por meio de intercâmbio e da construção de vantagens locais sustentáveis.

Adequando-se às crescentes exigências impostas pelo mundo globalizado, as regiões (e localidades) periféricas procuram desenvolver sua inserção competitiva no mercado mundial quando identificam as potencialidades e as peculiaridades territoriais, elaborando formas produtivas inovadoras, reestruturam sua base local de produção a partir dos processos globais cuja unificação, coordenação e complementaridade são asseguradas pelo processo econômico fragmentado pela difusão e hegemonização decorrentes do trabalho universal e do uso dos recursos do planeta (SANTOS, 1996).

As transformações das relações comerciais globais fazem com que o território seja alvo das alterações operadas nas estruturas produtivas visando-se identificar e promover suas potencialidades mediante políticas de renovação que incorporam os territórios periféricos ao cenário produtivo e melhora a qualidade de vida da população.

## **6. Os territórios proximais**

A proximidade territorial geográfica de atores territorializados favorece a mediação das interações presentes nos mundos de produção e a promoção do desenvolvimento socioeconômico-ambiental e territorial, conferindo um perfil singular de especialização interfirmas a um dado território.

A aplicação da noção de proximidade territorial às políticas públicas de desenvolvimento territorial enseja a emergência de novas formas espaço-organizacionais baseadas em aglomerações econômicas territorializadas (os “territórios proximais”) adaptadas às crescentes imposições do capitalismo globalizado que facilitam a criação e o fluxo de conhecimentos tácitos, melhoram a competitividade territorial e promovem o desenvolvimento socioambiental e territorial (VEIGA, 2005). São formas de resistência à homogeneização e às iniquidades impostas pelo processo de globalização estimulando o empoderamento local e a participação coletiva e ativa dos atores locais na configuração dos seus espaços e na definição dos seus destinos.

Objeto de ação em diversas políticas públicas de viés tecnológico e abrangendo desde atividades tradicionais até atividades inovadoras, o conceito de territórios proximais relaciona-se aos conceitos de competitividade e de redes, ensejando um ambiente fértil para a articulação e funcionamento, pois a territorialização das aglomerações fundamenta-se na

obtenção de economias externas ou na competitividade do local cujo elemento principal é a cooperação entre atores de uma dada cadeia produtiva.

#### Quadro 1.

##### Características dos territórios proximais e as ações do Estado

Territórios proximais	Características	Ações do Estado
Distritos industriais	Economias externas; custos de transação reduzidos	Neutralidade
Clusters	Comunicação e intercâmbio; geração de conhecimentos; cooperação facilitada; concorrência inovadora	
Milieu Inovativo	Capacidade inovadora local, aprendizado coletivo e sinergias; identidade social, cultural e psicológica, redução de incertezas.	Promover
Pólo tecnológico	Foco na assessoria empresarial; atores focados em alta tecnologia	Remover barreiras; induzir, promover, estruturar
Parque científico e tecnológico	<i>Property based</i> ; tecnologias avançadas; intensa interação entre instituições de ensino e pesquisa e empresas; incubação de empresas; transferência tecnológica	
Tecnopólo	Reúne diversos parques tecnológicos; criação e gestão do conhecimento	
Arranjos produtivos locais	Identidade coletiva; proximidade e dimensão econômica; vínculos de cooperação e aprendizagem	
Distritos industriais recentes	Eficiência coletiva baseada em economias externas e ação conjunta	Promover/ estruturar.

Fonte: Lemos (1997) adaptado por Reinaldo Santos Andrade

## 7. Considerações finais

A proximidade geográfica de atores territorializados confere a uma dada área um perfil singular de especialização interfirmando o desenvolvimento socio-ambiental e territorial. Afinal, cooperação e a proximidade territorial de micro e pequenas empresas gera externalidades locais positivas inerentes aos territórios proximais que resultante de interações multidimensionais, geram redes locais caracterizadas pela flexibilidade da produção, facilitando o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem e de novos conhecimentos que incrementam a competitividade territorial. São, por esta razão contempladas pelas políticas públicas de diversos países latino americanos, como o Brasil, voltadas para o desenvolvimento territorial enfatizando os conceitos de arranjos e sistemas produtivos locais e clusters, os quais são apontados por Silveira (2006) como “receitas de aplicação universal elaboradas por experts e corporações”, o que corrobora o alerta de Santos (2003) para os perigos decorrentes da introdução acrítica de formas-conteúdo e de conceitos alienígenas nas formações sociais dos países subdesenvolvidos, configurando uma “totalidade do diabo” perfeitamente adaptada e instrumentalizada pela “especialização flexível” que exige o enfraquecimento das normas reguladoras impostas pelo poder público, uma crescente flexibilidade do trabalhador, dos meios de produção, e do Estado que ao ser refuncionalizado torna-se subserviente aos desígnios ditados pelas grandes empresas transnacionais e se responsabiliza pela “limpeza do território” ao remover os obstáculos que interfiram na reprodução do capital, o que resulta na “guerra dos lugares” em busca de incrementar a competitividade...“competitividade espúria” gerada pela “flexibilidade espúria”.

Fundamentando-se em levantamento bibliográfico e estudo comparativo, este trabalho avalia a evolução dos conceitos “proximidade territorial” e “territórios proximais” no âmbito da Geografia e sua aplicabilidade nas políticas públicas para desenvolvimento territorial empreendidas na América Latina.

## REFERÊNCIAS

- ARUNDEL, A.; GEUNA, A. *Does proximity for knowledge transfer from public institutes and universities to firms?* Sussex, 2001. disponível em:  
<http://www.sussex.ac.uk/Units/spru/publications/imprint/sewps/sewp73/sewp73.pdf>
- BECATTINI, G. *Distretti industriali e made in Italy*. Turim: Bollati Boringhieri, 1998.
- BECK, U. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2001.  
 \_\_\_\_\_. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo Veinteuno, 2002.
- BECKER, B. K. Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial*, Brasília, 13-14 de novembro de 2003 / Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). – Brasília: MI, 2005.
- BENKO, G. *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BERNARDES, A. et alli. O papel ativo da Geografia: Um manifesto. *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001.
- BLANC, H.; SIERRA, C. The internationalisation of R&D by multinationals: a trade-off between external and internal proximity. *Journal of Economics* 23: 187-206. Cambridge, 1999.
- BRAINARD S.L. A simple theory of multinational corporations and trade with a trade-off between proximity and concentration. *Deputy National Economic Advisor*, The White House; National Bureau of Economic Research (NBER). February, 1993.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Portal da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Conceito de Abordagem Territorial. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=476>. Acesso: 19/11/2008
- BRUSCO, S. Trust, social capital and local development: some lessons from the experience of the Italian districts. *OCDE: Networks of enterprises and Local Development*, p. 115-119. Paris: OCDE, 1996.
- CALDAS, A. S. *Globalização em Territórios Periféricos: os sistemas produtivos rurais da Bahia e da Galicia*. Salvador: Unifacs, 2006.
- CALDAS, A. S.; CERQUEIRA, P.; PERIN, T. F. Mais além dos arranjos produtivos locais: as unidades protegidas como unidades de desenvolvimento local. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Ano VII, n. 11, p. 3-16, jan-jun 2005.
- CARMONA, R. Dinâmicas territoriais, políticas públicas e novos sistemas de governança nos Distritos Industriais Italianos (DIIs). SILVA, G. ; COCCO, G. *Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: DP&A/Brasília, DF: Sebrae, 2006.
- CAVALCANTE, L.R.M.T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*. V. 02 n. 01. p. 9-29, jan/jun 2008.
- CHIVALLON, C. Fin des territoires ou nécessité d'une conceptualisation autre? *Geographies et Cultures*, n. 31. Paris: L'Harmattan, 1999.
- COX, K. *Political Geography. Territory, State and Society*. Malden e Oxford: Blackwell, 2002.
- DEMATTEIS, G. *La metafore della Terra. La geographia umana tra mito e la scienza*. Milano: Feltrinelli, 1985.
- FIGUEIREDO, J. C.; SÉRIO, L. C. di Estratégia em clusters empresariais: conceitos e impacto na competitividade. SÉRIO, L. C. di (org.). *Clusters empresariais no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FREEL, Mark S. Sectoral patterns of small firm innovation, networking and proximity, 2002.
- GARCIA, J.L. *Antropologia del Territorio*. Madrid: Taller de Ediciones, 1996.
- GORZ, A. O Imaterial. *Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GOTTMAN, J. *La politic des Etats et sa Géographie*. Paris: Armand Colin, 1952.
- HALL, E. Proxémique. *La Nouvelle communication*. Editions du Seul, 1981. p. 191-221
- HAESBAERT, R. Concepções de Território para entender a desterritorialização. *Território, Territórios*. Niterói: PPGEU-UFF/AGB, 2002.  
 \_\_\_\_\_. *Mitos da desterritorialização: Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400p
- HIRSHMAN, A. O. *Estratégia de desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura, 1961 [original: 1958]
- KIRAT, T.; LUNG, Y. Innovation and Proximity: Territories as Loci of Collective Learning Processes, 1999.
- KRUGMAN, P. *Geography and Trade*. Massachusetts: MIT Press, Gaston Eyskens Lecture, 1998.  
 \_\_\_\_\_. *Development, geography and economic theory*. Cambridge: MIT Press, 1995. 117 p.
- LEMOS, C. Redes locais de informação para a inovação face à globalização. *Formare*. Rio de Janeiro, v.3, n 1-2, p. m104-110, 1997.
- LESSA, S. A materialidade do trabalho e o "trabalho imaterial". *Revista Outubro*, n. 8, p.27-46, São Paulo, 2003. Data de captura: 28/06/2008. Disponível em: [www.geocities.com/srglessa/Trab\\_trabImaterial\\_2003.pdf](http://www.geocities.com/srglessa/Trab_trabImaterial_2003.pdf)

- LEVY, J. Geografía y mundialización. HAUX, D; LINDON, A. (dir.) *Tratado de Geografía Humana*. México: Antropos: UAM, 2006, p. 272-302.
- MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). *Revista Famecos*. Porto Alegre, n. 20, p. 13-20, abr. 2003.
- MARSHALL, A. *Princípios de Economia: tratado introdutório*. São Paulo: Abril Cultural, 1982/1985 (original 1890).
- MORGAN, K. The exaggerated death of geography: learning, proximity and territorial innovation systems. *JEL* O31, O32, P16, R11 Date accepted: 30 January 2003.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1960 [original: 1957].
- NEGRI, A.; HARDT, M. *Multitude: war and democracy in the age of empire*. New York: Penguin Press, 2004.
- PERRIN, J.C. *Pour une révision de la science régionale: l'approche en termes de milieu*. Centre d'Economie Régionale. Aix en Provence: Centre d'Economie Régionale. Université d'Aix-Marseille, 1993.
- PERROUX, F. O conceito de pólos de crescimento. SCHWARTZMAN, J. (org.) *Economia Regional. Textos escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977, p. 145-156.
- PORTER, M.E. Cluster e competitividade. *Revista HSM Management*. São Paulo: Ed. Savana, julho, 1999.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. O povo e seu território. MORAES, A. C. R. (org.) *RATZEL*. São Paulo: Ática, 1990, p. 73-82.
- SACK, R. *Human Territoriality: it theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. O retorno do território. SANTOS, M; SOUZA, M. A.de; SILVEIRA, M. L. (orgs.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.15-19.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEBRAE. *Termo de referência para atuação Sistema Sebrae em Arranjos Produtivos Locais*. Brasília: SEBRAE,2003. Disponível: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/\\$File/NT000A4AF2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/50533C7F21014E5F03256FB7005C40BB/$File/NT000A4AF2.pdf). Consulta: 29/06/2008.
- SILVA, S.C.B.M. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. *Geografia*, v.1, n.2, pp. 1-24. Rio Claro, outubro/1976.
- SILVA, S.B.M.; SILVA, B.-C. N., COELHO, A.S. *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*. João Pessoa: Ed. Grafset, 2008.
- SILVEIRA, M.L. Por uma teoria do espaço latino-americano. LEMOS, A.I., SILVEIRA, M. L., ARROYO, M. (orgs.) *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, pp. 85-100.
- SOUZA, S. D. C.; ARICA, J. Uma análise comparativa entre sistemas de inovação e o diamante de Porter na abordagem de arranjos produtivos locais. *Produção*, V.16, N.1, p. 080-087, jan.abr, 2006.
- SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STORPER, M.; VENABLES, A.J. Buzz: The contact face-to-face and the urban economy. *Journal of Economic Geography*, 4, pp.351-370, 2004.
- TORRES, O. Petitesse des entreprises et grossissement des effets de proximité. *Revue Française de gestion*, n. 144, p.114-173, 2003-3. Disponível: <http://www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2003-3.htm>. Consulta: 13/12/2008.
- TUAN, Y. F. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980.
- URDA B.S. et al. Clusters tecnológicos como instrumento de desarrollo economico. *Nanociencia y Nanotecnologia*. I, 34, enero-febrero, 2006.
- VARGAS, M.A. *Proximidade Territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.
- VEIGA, J.E. A face territorial do desenvolvimento. *Anais do 27º. Encontro Nacional de Economia*, Belém, 8-10 de Dezembro de 1999, volume, pp. 1301-1318. Disponível em: [http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/%5B20%5Dface\\_territorial.htm](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ArtigosCientificos/%5B20%5Dface_territorial.htm) Data de captura: 10/06/2008.
- \_\_\_\_\_. O papel do território: uma visão histórica. *Workshop "Estratégia de combate à pobreza rural no Brasil: situação atual e perspectivas"*. Unicamp, 2005.